

**EDcl no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.427.110 - SP
(2019/0005737-7)**

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
EMBARGANTE : GRAVAÇÕES ELETRICAS S/A
ADVOGADO : SERGIO PEREIRA CAVALHEIRO - SP180889
EMBARGADO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : CARLOS ALBERTO BITTAR FILHO E OUTRO(S) -
SP118936

DECISÃO

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DOS VÍCIOS DO ART. 1.022 DO CÓDIGO FUX. MERO INCONFORMISMO DA PARTE. NÃO CABIMENTO DOS DECLARATÓRIOS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DA EMPRESA REJEITADOS.

1. Trata-se de Embargos de Declaração opostos por GRAVAÇÕES ELETRICAS S.A. contra decisão monocrática de minha lavra, assim ementada:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. NÃO OCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE DESÍDIA DA FAZENDA. ANÁLISE A RESPEITO DA APLICAÇÃO DA SÚMULA 106/STJ. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. PENHORA. PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO. RECUSA DA EXEQUENTE. BEM IMÓVEL DE DIFÍCIL ALIENAÇÃO. ALTERAÇÃO DO JULGADO QUE ENVOLVE REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE NESTA VIA EXCEPCIONAL. AGRADO CONHECIDO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL DA CONTRIBUINTE.

2. A parte embargante alega, em síntese, que a decisão embargada foi contraditória, uma vez que a prescrição alegada diz respeito àquela do art. 40 da LEF (intercorrente), e não a do art. 174 do CTN. Logo, não há que se falar em aplicação da Súmula 106/STJ. De outro lado, sustenta contradição quanto ao pedido de substituição do bem penhorado, pois basta analisar a violação do art. 11 da LEF, não sendo o caso de aplicação da Súmula 7/STJ.

3. Não foi apresentada impugnação (fls. 386).

4. É o relatório.
5. Os Embargos de Declaração não merecem acolhimento.
6. Verifica-se que a decisão embargada não padece de quaisquer dos vícios elencados no art. 1.022 do Código Fux, porquanto decidiu toda a questão posta em debate, com a devida fundamentação, coerência e clareza, nos limites necessários ao deslinde do feito.
7. Cumpre esclarecer que o art. 1.022 do Código Fux é peremptório ao prescrever as hipóteses de cabimento dos Embargos de Declaração; destinam-se a suprir omissão, esclarecer obscuridade ou eliminar contradição existente no julgado, ou corrigir erro material.
8. No caso em apreço, não se constata a presença de qualquer vício a macular a decisão embargada, que, de forma clara e expressa, concluiu pela incidência da Súmula 7/STJ para rever entendimento do acórdão recorrido que concluiu pela ausência de desídia da Fazenda no tempo em que a Execução ficou paralisada, afastando-se a tese de prescrição intercorrente. De igual forma, aplicou-se a Súmula 7/STJ para rever a conclusão do Tribunal de origem, que entendeu estar justificada a recusa da Fazenda a respeito do pedido de substituição do bem penhorado, tendo em vista que o imóvel oferecido seria de difícil alienação.
9. Assim, não havendo a presença de quaisquer dos vícios elencados no art. 1.022 do Código Fux, a discordância da parte quanto ao conteúdo da decisão não autoriza o pedido de declaração, que tem pressupostos específicos e não podem ser ampliados.
10. Pelo exposto, rejeitam-se os Embargos Declaratórios opostos pela Empresa.
11. Publique-se.

12. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR